

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA
EMBAIXADOR MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS

Transmito, a seguir, relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Colombo de julho de 2012 a junho de 2015, com responsabilidade sobre as relações com o Sri Lanka e com as Maldivas (cumulatividade).

A)Diálogo Político Brasil-Sri Lanka

2. Nos dois primeiros anos em que estive no Sri Lanka (2012-2014), a política externa cingalesa foi monopolizada pelo tratamento no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU), em Genebra, de questões relativas ao final do conflito entre o Governo do Sri Lanka e os "Tigres de Libertação do Tâmil Eelam", movimento independentista da minoria tâmilz cuja sigla em inglês é "LTTE". Tal conflito, que durou quase trinta anos, foi encerrado no Governo do Presidente Mahinda Rajapaksa (2005-2015), quando, em maio de 2009, as Forças Armadas cingalesas debelaram as forças rebeldes. Desde logo, surgiram denúncias de que a vitória das Forças governamentais se deu às custas de graves violações de direitos humanos, crimes de guerra e desrespeito às populações civis. Segundo dados controvertidos, quarenta mil pessoas teriam morrido nas campanhas que levaram ao final do conflito.

3. O grupo de países ocidentais no CDHNU, capitaneado pelos EUA, se uniu para conseguir, em Genebra, uma investigação sobre o ocorrido no final do conflito. O Governo Rajapaksa era contrário a uma investigação internacional e procurava apoio entre membros do Conselho para que o assunto fosse deixado para tratamento apenas interno, em que os abusos eram considerados inexistentes ou, pelo menos, casos excepcionais. O Brasil, como membro do CDHNU, votou em abril de 2013 e em abril de 2014, juntamente com os países ocidentais, em favor de uma investigação internacional, de forma portanto contrária ao desejado pelo Governo do Sri Lanka. Este reagiu, com ressentimento, ao voto brasileiro, sobretudo por haver enviado a Brasília altas autoridades previamente às reuniões de Genebra, para, em contacto com autoridades do Governo brasileiro, esclarecer a posição cingalesa e solicitar apoio.

4. Coube à Embaixada em Colombo a delicada missão de explicar que o voto brasileiro em Genebra não era um voto contra o Sri Lanka, mas decorria de uma percepção diferente do problema. Em diversas oportunidades manifestei entender o Governo brasileiro que uma verdadeira reconciliação entre a maioria cingalesa e a minoria tâmil, necessária à evolução pacífica do tecido social, exigia investigação sobre o conflito e a responsabilização ("accountability") de eventuais culpados. Com o objetivo de esclarecer a posição brasileira, intensifiquei contactos com a Chancelaria, com membros do Parlamento e com formadores de opinião (jornalistas, acadêmicos), procurando a compreensão desses para a posição brasileira. Com a eleição de um novo Governo em janeiro de 2015, a posição brasileira em Genebra deixou de ser um "handicap", pois houve uma reaproximação do Governo cingalês aos valores ocidentais e ao trabalho desenvolvido no CDHNU.

5. Em duas oportunidades no decorrer de 2014, o Presidente Rajapaksa, que esteve no Brasil em 2012 para a Rio+20, determinou gestões em Brasília e fez sondagens junto à Embaixada em Colombo para obter anuência do Governo brasileiro para realizar uma visita oficial ao Brasil, mas, em vista da incompatibilidade de agendas, a visita não prosperou.

B) Mecanismo de Consultas Políticas

6. Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Sri Lanka foi instituído por Memorando de Entendimento assinado durante a visita a Colombo, em março de 2011, do então MRE, Embaixador Antonio Patriota. Esse Mecanismo prevê reuniões a cada dois anos, ou quando necessário. Na visita que o Ministro dos Negócios Externos do Sri Lanka, Professor G. L. Peiris, realizou ao Brasil em fevereiro de 2013, a qual acompanhei, ficou decidido que a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas seria realizada em Colombo, em nível de Subsecretários, em data a ser definida. Apesar da boa vontade de ambas as Chancelarias, ainda não foi possível realizá-la. Sugiro que a Embaixada seja instruída a propor datas para o encontro com a brevidade possível.

7. Segundo declarou o Professor Peiris, em sua visita ao Brasil, a reunião seria excelente oportunidade para trocar idéias sobre a participação de cada um dos países em mecanismos e grupos internacionais e regionais, tais como, no caso do SL, o Movimento Não-Alinhado, o G-15 (atualmente coordenado pelo SL), a Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional - SAARC, a Iniciativa do Golfo de Bengala para a Cooperação Técnica e Econômica Multi-Setorial - BIMSTEC, e o Diálogo para a Cooperação Asiática - ACD.

C)Acordo de Cooperação Educacional

8. O Governo do SL manifestou, em diversas oportunidades, interesse em participar dos programas brasileiros de cooperação em ensino superior (PEC-G e PEC-PG). Consultado a respeito, o Ministério da Educação sinalizou positivamente sobre a possibilidade de assinatura com o SL de um acordo-quadro na área educacional, o que possibilitaria, em etapa posterior, o desenvolvimento de ações específicas no âmbito dos programas mencionados. O objetivo primordial do Acordo seria a introdução do ensino da Língua Portuguesa no SL.

9. Identifiquei a disposição da Universidade Estatal de Kelaniya, nos arredores de Colombo, de abrigar uma Cátedra de Português. O ensino de Português através do estabelecimento de Leitorado teria ainda outros objetivos. Também interessados no conhecimento do idioma se encontram militares cingaleses, que gostariam de poder aceitar o oferecimento de vagas em instituições militares brasileiras para cursos especializados. Diplomatas cingaleses também gostariam de aproveitar a oferta de bolsas para estrangeiros nos cursos do IRBr. O ensino de Português permitiria ainda ao Bureau de Promoção do Turismo fornecer guias turísticos com conhecimento do idioma para melhor receber turistas provenientes de países lusófonos.

10. Em 2014, o Ministério dos Negócios Externos do SL apresentou contra-proposta ao texto do Acordo, que foi encaminhada à Assessoria Internacional do Ministério da Educação. Apesar dos esforços do Itamaraty, até o momento não foi possível obter resposta à contra-proposta cingalesa, possivelmente em vista da falta de recursos para

projetos dessa natureza . Tão logo seja finalizado entendimento sobre o texto, dever-se-ia propor sua assinatura. Este me parece ser um dos projetos mais efetivos para a promoção de intercâmbio cultural entre os nacionais dos dois Países.

D) Cooperação na Área Militar

11. O Governo do SL, através do Ministério da Defesa e do Desenvolvimento Urbano, tem solicitado assistência em treinamento militar para as Forças Armadas cingalesas, através de cursos para oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica e em áreas específicas, tais como a de guerra cibernética. Esses pedidos se intensificaram após a bem sucedida visita ao SL do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Joaquim Silva e Luna, que aqui esteve em setembro de 2012, pouco após minha chegada a Colombo.

12. Durante a conversa do Ch EME com o então Comandante do Exército do SL, os dois militares chegaram à conclusão de que a melhor maneira de dar continuidade aos contactos e de viabilizar-se concretamente a expansão da cooperação nas diferentes áreas identificadas como promissoras seria a acreditação de Adido de Defesa junto à Embaixada em Colombo. Nesse mesmo sentido, manifestou-se o Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri, quando da visita ao Brasil do Secretário de Defesa do Sri Lanka em janeiro de 2014. Mesmo que o estágio atual de cooperação na área militar não justifique a presença em Colombo de um Adido aqui residente, o Adido em Nova Delhi poderia eventualmente ser cumulativamente acreditado junto ao Governo do Sri Lanka.

13. Ao serem oferecidas vagas para militares cingaleses em cursos no Brasil, as Forças Armadas do SL, até o momento, não tiveram como aproveitá-las, sobretudo pela inexistência de oficiais com conhecimento de Português. O SL tem também convidado o Governo brasileiro a indicar militares para participar de cursos neste País. Em 2014, o Ministério da Defesa do Brasil apresentou candidatos para dois cursos no "Defence Services Command and Staff College".

14. Novas áreas de cooperação foram identificadas durante a visita ao Brasil, em janeiro de 2014, do Secretário de Defesa do SL, Gotabaya Rajapaksa, irmão do então Presidente da República e homem forte do Governo. Em conversa com o então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, o Secretário Rajapaksa observou haver interesse em parcerias que permitam o surgimento de capacidades industriais domésticas no campo da defesa. Destacou que a maioria do material de defesa utilizado pelas Forças Armadas é proveniente de poucos parceiros e que o SL desejaria diversificar suas fontes de fornecimento.

15. Rajapaksa indicou ainda que o seu País atribui grande importância à questão de segurança no Oceano Índico, dado que boa parte das rotas internacionais oriundas da Ásia oriental passam por suas águas contíguas. Nesse quadro, viria dedicando especial prioridade ao reequipamento da Marinha cingalesa, em particular com vistas à operação em águas profundas. Amorim afirmou que o Brasil tem muito interesse no tema de segurança marítima, inclusive no Oceano Índico, especialmente à luz do substancial crescimento dos vínculos comerciais do País com a Ásia. Entre as possíveis áreas para a cooperação técnico-industrial, mencionou o projeto do avião de transporte militar KC-390, os blindados sobre rodas Guarani e possíveis projetos conjuntos na área naval.

16. Na mesma ocasião, o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, adiantou a disposição de enviar missão técnica da EMGEPRON ao SL para analisar possibilidades de construção conjunta de navios militares, com base nos projetos de patrulheiro oceânico e corveta multimissão da empresa. Manifestou ainda disposição em estabelecer canais de intercâmbio de dados entre os centros de vigilância marítima do Brasil e do SL, nos moldes de arranjo já em vigor com a Índia. Por sua vez, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), General-de-Exército José Carlos de Nardi, indicou a possibilidade de intercâmbio de experiências em operações conjuntas.

17. Ainda durante a visita do Secretário Rajapaksa ao Brasil, o Comandante da FAB, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito indicou a possibilidade de intercâmbio operacional na utilização de aeronaves de transporte C-130 Hércules e de helicópteros de ataque. Na área técnico-industrial, asseverou existir grande potencial. Sugeriu, nesse sentido, que seu homólogo cingalês realize visita ao Brasil para conhecer "in loco" a indústria aeronáutica brasileira. Ainda em janeiro de 2015, o Comandante Saito encaminhou a esta Embaixada carta dirigida ao Comandante da Força Aérea do SL com convite para que aquela autoridade realize visita oficial ao Brasil. No entanto, mudanças dos titulares das Pastas impediram, até o momento, a realização da visita. A visita do Comandante da Força Aérea do SL ao Brasil seria extremamente oportuna, tendo em vista os promissores entendimentos em curso entre a EMBRAER e autoridades militares e civis do SL com vistas à venda de aeronaves a este País.

18. O então Ministro da Defesa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, chegou a agendar visita oficial ao Sri Lanka em dezembro de 2014, mas esta foi cancelada no último momento por impedimento da parte brasileira. Entendia o Ministro que a cooperação na indústria de defesa poderia ser o primeiro ponto de contacto entre os dois países que poderia evoluir para abrangente cooperação em defesa.

E) Relações Comerciais

19. Embora o Brasil se mantenha superavitário no intercâmbio bilateral, o volume das exportações brasileiras para o SL é modesto, e por demais centrado em um só produto, o açúcar, correspondente a cerca de 90% das exportações brasileiras.

20. O Chanceler Peiris, durante sua visita ao Brasil em fevereiro de 2013, foi recebido no MDIC pelo Secretário-Executivo Adjunto, Ricardo Shaefer, que prometeu sugerir à APEX que incluísse o SL em missão de prospecção à Ásia que aquela Agência pretendia organizar no segundo semestre daquele ano. A iniciativa, no entanto, não se concretizou. Em 2014, solicitei ao Itamaraty verificar junto a APEX a possibilidade de realizá-la nesse ano, mas a resposta foi negativa. No caso de ser organizada missão comercial a este País, esta Embaixada não teria dificuldade em ajudar a organizar, com o apoio dos Ministérios da área econômica e das Câmaras de Comércio locais, um ambiente favorável a contactos entre empresários locais e exportadores brasileiros. Seria, no entanto, necessário identificar entidade empresarial que se disponha a promover uma missão exploratória a este País.

21. Sempre que solicitada, a Embaixada tem prestado apoio a empresários brasileiros que procuraram contactar autoridades e empresários deste País. Como exemplo, cito a

EMBRAER, que, em maio de 2014, enviou ao SL dois de seus funcionários do Escritório em Cingapura. Com apoio da Embaixada, fizeram a apresentação de seus produtos tanto na área de defesa e segurança como na área de aviação comercial. Por outro lado, tendo o SL aderido ao padrão nipo-brasileiro de televisão digital, os diretores da empresa brasileira "Adhara Projects" estiveram em Colombo em agosto de 2014 com a intenção de vender ao Governo do Sri Lanka e aos Canais locais de televisão serviços para permitir a transição do padrão analógico de TV para o padrão digital. Com o apoio da Embaixada, conseguiram agendar encontros com o Ministro da Informação e Comunicação de Massa, Dr. Keheliya Rambukwella, e com todos os diretores de Canais governamentais e privados.

22. O Sri Lanka tem procurado diversificar a sua pauta de comércio com o Brasil e aumentar o volume dos fluxos de exportação através do envio de missões comerciais promovidas tanto por órgãos governamentais como por associações empresariais. A Embaixada tem auxiliado o setor exportador local através da identificação de importadores para seus produtos e de fornecimento de contactos no Brasil.

F) Cooperação técnica

23. Antes de minha chegada ao Sri Lanka, a Embaixada havia recebido pedidos do Governo cingalês de cooperação técnica em diversas áreas, mas a missão de prospecção, que chegou a ser planejada em fevereiro de 2012, teve de ser cancelada, talvez por ser demais abrangente e ambiciosa.

24. À luz da impossibilidade de iniciar de imediato cooperação em todas as áreas pretendidas, o Governo do Sri Lanka apontou então duas áreas prioritárias para o seu País, quais sejam as de combate à dengue e gestão florestal. Missão de prospecção, chefiada pelo Diretor da ABC, Embaixador Fernando Abreu, e integrada por técnico da EMBRAPA e por médica do Governo do Distrito Federal, veio então a Colombo em agosto de 2013, quando se elaboraram os projetos de cooperação. Estes foram refinados durante os meses subsequentes. Segundo informou a ABC recentemente, o projeto sobre dengue deverá aguardar melhor oportunidade, mas o relativo à gestão florestal está pronto para ser assinado e ter início a cooperação nessa área.

25. Durante a visita da missão da ABC, foi ainda contemplada a execução de um terceiro projeto, objeto de gestão do Ministro das Especiarias, Reginald Cooray, que visava ao aproveitamento da polpa do caju. Em novembro de 2013, a ABC promoveu a ida à Fortaleza, Ceará, de dois especialistas em caju do Sri Lanka para curso promovido pela EMBRAPA. O treinamento foi muito apreciado pelos participantes.

G) Atividades Culturais

26. Tiveram grande sucesso as apresentações em Colombo, em setembro de 2013, de duo formado por um saxofonista e um pianista, com repertório de música popular brasileira. Eles vieram do Rio de Janeiro sob os auspícios do Departamento Cultural do Itamaraty. A primeira apresentação foi durante a recepção da Data Nacional. A segunda foi em auditório com 175 lugares, que se apresentava quase totalmente lotado. Os músicos receberam convite para tocar com músicos cingaleses, fazendo uma terceira apresentação em "jam session" em prestigiado espaço cultural local.

27. Durante os três anos de Colombo, foram inúmeras as oportunidades que os diplomatas da Embaixada tivemos para fazer palestras sobre o Brasil, tanto nas Câmaras de Comércio como em Universidades, Colégios e entidades culturais.

H) Relações Brasil-Maldivas (cumulatividade)

28. As relações com as Maldivas foram desenvolvidas em viagens que realizei a Male e em contactos com Ministros e políticos maldivos que viajaram a Colombo, onde reside a maior parte do corpo diplomático acreditado ante aquele Governo. Além da Chancelaria, com a qual mantive frequente diálogo, foram privilegiados os entendimentos com os Ministros do Comércio, do Meio-Ambiente e do Turismo. Em abril de 2013, assinei com o Ministro de Recursos Humanos, Juventude e Esportes Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva, o primeiro ato bilateral celebrado com as Maldivas.

29. Após a posse de Abdulla Yameen Abdul Gayoom como Presidente da República, ocorrida em novembro de 2013, a Embaixada do Brasil em Colombo tem sido frequentemente visitada por políticos da oposição que procuram o apoio do Brasil na luta que travam contra o que consideram ser posições autocráticas e antidemocráticas do Governo. Em maio último, na 22ª Sessão do Mecanismo de Revisão Periódica Universal do CDHNU, em Genebra, o Brasil recomendou, no que diz respeito às Maldivas, progressos em termos de liberdade de expressão e de associação.

I) Agradecimentos

30. Reitero à Senhora Presidenta Dilma Rousseff meu vivo e profundo reconhecimento pela confiança em mim depositada ao me nomear para estes Postos. Esse muito profundo reconhecimento é também dirigido a Vossa Excelência, e a seus antecessores, Embaixadores Antonio de Aguiar Patriota e Luiz Alberto Figueiredo Machado.